

O TRABALHO DA ANDI - DESVELANDO TEMÁTICAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA

Marina Miguel Pereira¹
Marcia Onísia da Silva²

Resumo: O presente artigo busca evidenciar o trabalho da ANDI no que compreende a infância e seus direitos. Tendo como recorte a sociologia da infância e as diferentes concepções de infância ao longo da história, busca-se compreender como as infâncias e as crianças são consideradas no âmbito da política, das pesquisas e como os diversos agentes sociais abraçam e lutam pela causa da infância. Passado e presente se entrelaçam e nos dizem muito acerca dos caminhos para se seguir em prol de uma infância digna, com respeito, onde todas as crianças tenham seus direitos assegurados. Nesse sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica e um estudo de caso a fim de compreender como a temática infâncias e políticas públicas são abordadas nas pesquisas e como as mesmas são consideradas pela sociedade e pelo Estado.

Palavras-chave: Infância. Sociologia da Infância. Políticas Públicas. ANDI.

Abstract: This article seeks to highlight ANDI's work regarding childhood and their rights. Taking the sociology of childhood and the different conceptions of childhood throughout history as a focus, we seek to understand how childhoods and children are considered in the context of politics, research and how different social agents embrace and fight for the cause of childhood. Past and present are intertwined and tell us a lot about the paths to follow towards a dignified, respectful childhood, where all children have their rights guaranteed. In this sense, a bibliographical review and a case study were carried out in order to understand how children's issues and public policies are addressed in research and how they are considered by society and the State.

Keywords: Infancy. Sociology of Childhood. Public Policies. ANDI.

1

INTRODUÇÃO

No Brasil, falar em criança e infância, principalmente no que diz respeito a seus direitos, é uma temática recente. A criança nem sempre foi vista como um sujeito, muito menos como um sujeito constituído de direitos. Retornar à história da infância e da criança se faz extremamente necessário, uma vez que a percepção da infância enquanto categoria social e geracional e da criança enquanto um sujeito pertencente à sociedade se torna fundamental para a criação de políticas que assegurem os seus direitos, além de garantir a visibilidade que a criança possui na transformação social.

Nem sempre as crianças foram vistas como sujeito de direitos. Na idade média, como destacado por Ariés (1984) as crianças eram vistas como adultos em miniatura. Não existia uma preocupação com elas, dentre vários fatores, destaca-se principalmente a alta taxa de mortalidade. Em contrapartida, na atualidade, apesar dos direitos das crianças serem tão

^[1] Licencianda em Educação Infantil UFV. Marina.miguel@ufv.br <https://orcid.org/0009-0004-1698-972X>

^[2] Prof^a em Licenciatura em Educação Infantil UFV. Orientadora. monisia@ufv.br. <https://orcid.org/0000-0002-1774-6269>

abertamente proclamados, ainda se vê certa delimitação no que tange os seus direitos sociais, especialmente aquelas que vivem em vulnerabilidade socioeconômica. Garantia legal, não é efetivação na prática. A densa legislação que rege a proteção integral da criança e do adolescente não é suficiente para inibir práticas que negam, burlam, rompem ou desrespeitam a infância. Como salienta Qvortrup (2010) apesar de todo o progresso recente, por exemplo, devido à Convenção dos Direitos da Criança, ainda restam muitas dúvidas sobre a possibilidade de que as crianças tenham reconhecidos direitos econômicos e políticos como cidadãos autônomos.

Nesse contexto, como a infância é compreendida pelas ciências sociais, especificamente relacionada aos seus direitos? Como a sociedade, o Estado e as políticas advindas dele pensam sobre a infância? De que forma agentes da sociedade civil buscam garantir esses direitos? Pensar nessas dimensões permite compreender que apesar dos inúmeros avanços nas políticas referentes à infância, ainda se tem um longo caminho a percorrer, tanto no âmbito político quanto no âmbito das pesquisas. Infelizmente, ainda predomina a concepção de criança como alguém em vias de ser, alguém que ainda não é, que não tem voz nem vez.

Nesse contexto, vários agentes sociais e instituições tomam para si, a responsabilidade de lutar pela infância e pelas crianças. Estes agentes buscam chamar a sociedade para o papel importante que as crianças têm na reprodução e na garantia da ordem social. Buscam mostrar a criança enquanto um ator social em seu mundo e a infância enquanto categoria geracional. Ao se debruçar sobre a infância, nosso olhar permite a reflexão acerca da visibilidade ou invisibilidade (Qvortrup, 2014), incluindo-a nas reflexões das ciências sociais e da educação. Vale ressaltar que estudar a infância é compreender a sociedade, principalmente como a mesma trata a infância e as crianças.

A infância, como bem destaca Arroyo (2015) exige políticas de Estado. Ao reconhecer a infância enquanto categoria social amplia-se esse reconhecimento também nas políticas públicas e em outros contextos sociais como o cultural.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou evidenciar as ações de agentes, escolhendo-se entre eles, a ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância, que é uma organização da sociedade civil, atua de forma voluntária, sem vistas ao lucro e independente de partidos políticos. Essa agência articula formas de comunicação voltadas para formação dos comunicadores em diversas áreas de conhecimento. Ela assume uma agenda ligada às de outras entidades que visam à promoção do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A criança sempre foi tema de diversas pesquisas de áreas como a psicologia, medicina e pedagogia, por exemplo. Porém, foi somente nos últimos vinte anos que ela passou a ser vista nas pesquisas, principalmente das ciências sociais enquanto ator social, pertencente a uma categoria estrutural, a infância. Diante disso, criou-se um campo, dentro das ciências sociais que busca investigar a criança e a infância, para além da visão assistencialista, pedagógica e psicológica. A Sociologia da Infância propõe distinguir as crianças enquanto atores sociais e a infância como categoria do tipo geracional, que é socialmente construída (SARMENTO; GOUVEIA, 2008).

Segundo Qvortrup (2010) em termos estruturais, a infância não tem um começo e um fim temporais, e não pode, portanto, ser compreendida de maneira periódica. É compreendida, mais apropriadamente, como uma categoria permanente de qualquer estrutura geracional. Porém, como dito anteriormente, a concepção de infância e de criança nem sempre foram dessa forma. A criança, por um longo período de tempo, foi vista como um adulto em miniatura. “No mundo das fórmulas românticas, e até o final do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido.” (ARIÈS, 1981).

Em seu estudo iconográfico intitulado História Social da Criança e da Família, o historiador francês Philippe Ariès (1981) aponta que na Idade Média não existia um sentimento de infância, uma vez que o desenvolvimento infantil, bem como suas particularidades e especificidades não eram conscientes para a sociedade. As crianças viviam junto aos adultos, não havendo distinção daquilo que é considerado mundo das crianças e mundo dos adultos, como hoje. (ARIÈS, 1981). Logo que podiam minimamente viver sem a solicitude constante de um adulto, como a mãe, ela era misturada aos adultos.

Naquela época, ninguém pensava em retratar uma criança a fim de guardar uma lembrança. A infância, em um primeiro momento, era considerada apenas uma fase sem importância. Além disso, por a taxa de mortalidade ser alta, as pessoas não se apegavam a um ser tão frágil, que a qualquer momento podia morrer. Em um segundo momento, percebe-se um novo sentimento de infância, onde a criança passa a ser vista “por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto.” (ARIÈS, 1981). Tal sentimento, chamado de paparicação, era mais comum nas mulheres que cuidavam das crianças.

A partir do século XVII, um novo sentimento de infância surge, entre os moralistas e educadores que se preocupavam com a disciplina e a racionalidade. A criança então, passa a ser vista como criatura frágil de Deus, onde devia ser preservada. (ARIÈS, 1981). A partir do

século XVIII, um novo elemento surge no que tange o sentimento de infância: a preocupação com a saúde e higiene das crianças. Com mudanças sociais, culturais e políticas da época, a criança antes que não era vista, passou a ser o centro da família, onde qualquer assunto, como higiene e educação viraram pautas de discussão, na qual merecia atenção.

Nesse sentido, Sarmento (2008) salienta que os estudos de Ariès (1981) foram e são imprescindíveis para a compreensão do sentimento de infância, sendo a gênese da infância um fruto da modernidade.

O reconhecimento das infâncias nas ciências sociais, enquanto campo investigativo e um fenômeno social, como dito a priori, é algo recente, tendo seu desenvolvimento apenas no final do século XX e um salto no final da década de 90. Porém, a análise da infância em si mesma é muito mais recente, como bem destaca Sarmento (2008). Essa análise da infância enquanto categoria geracional inaugura a nova sociologia da infância. Nos últimos anos, a sociologia da infância tem conquistado mais espaços dentro das ciências humanas, criando sua própria metodologia, expressões, teorias diferentes, novas problemáticas, etc. (SARMENTO, 2008).

História da Infância no Brasil

No Brasil, o processo de concepção da infância ocorreu de modo diferente ao da Europa. Quando Pedro Álvares Cabral, chegava com a sua esquadra no Brasil, a Europa já vivia a modernidade (SAVELI; SAMWAYS, 2012). Por ser um país colonizado por Portugal, que utilizou a mão de obra de indígenas a princípio e de negros africanos, por centenas de anos, as concepções de criança e infância do Brasil são diferentes daquelas que foi se construindo na Europa. Para Saveli; Samways (2012) pode-se falar de ao menos três concepções de infância, sendo elas das crianças nativas, das crianças negras escravizadas e das crianças brancas, filhas dos senhores de engenho. Tal concepção de infância do Brasil, se difere da de Áries, que compreendeu a infância, a partir do grupo da aristocracia europeia.

No Brasil colonial, não se tinha uma preocupação com a infância, especialmente das crianças nativas e africanas, onde suas vidas eram permeadas por violência, abusos sexuais, exploração para servir de mão de obra, etc (AZEVEDO; SARAT, 2015). Em suas missões, os jesuítas que aqui chegaram, tinham como objetivo catequizar os povos indígenas, seguindo o modelo colonizador. Dentre diversas estratégias, a educação estava presente, onde era pautada, segundo Daher (2001), em métodos de ensinamentos rígidos, a fim de submeter as crianças a um ensinamento de novos costumes e modos. Era comum a utilização de castigos físicos nas crianças. Os ensinamentos dos jesuítas começaram pelas crianças, pois julgavam

ser mais fácil a conversão de modos e costumes, uma vez que eles ainda não estavam enraizados.

A educação das crianças cativas era inexistente, desde muito pequenas eram adestradas ao mundo do trabalho e da obediência a fim de que aprendessem a se acostumarem e adequarem-se à vida escrava. Elas sofriam diversos castigos físicos, sendo constantemente violentadas. De acordo com Saveli; Samway (2012):

Em se tratando de um país em que a mão de obra era essencialmente negra escrava, nunca é muito lembrar que as crianças cativas eram vistas pela sociedade como escravos adultos e produtivos em potencial. Era preciso que, desde cedo, essas crianças fossem acostumadas à dura vida de escravidão a que estavam destinadas a ter (Saveli; Samway. 2012).

As crianças brancas da elite brasileira tinham uma vida totalmente diferente das crianças nativas e negras. Elas eram mimadas e paparicadas pelas mães ou amas de leite e sua educação era pautada em jogos e brincadeiras, além de aulas de catecismo. “O currículo centrava-se na consolidação do modelo cristão de vida, em dogmas e doutrinas da igreja católica, disciplina, música, memorização das rezas, procissões e aprendizagem de ofícios” (Saveli; Samway, 2012).

Do Brasil colônia até os dias atuais houve inúmeros avanços no que compreende a concepção de criança, de educação infantil e de políticas públicas para a infância. História essa que é marcada por lutas, avanços e retrocessos. Apesar desses avanços, ainda há uma grande discrepância no que compreende as concepções de infância. Para Barreto; Castro (2021) as infâncias contemporâneas vivem uma realidade paradoxal divididas por valores, classes, políticas, necessidades reais, simbólicas e abstratas. Nessa perspectiva, traçar um panorama da história da educação infantil, bem como das políticas públicas e a forma como elas são vistas nas pesquisas se faz necessário para que se reflita que apesar dos avanços, ainda se pode fazer muito pelas infâncias e pelas crianças.

Educação Infantil no Brasil

A história da educação infantil é recente e é permeada por diversas lutas e movimentos sociais, dentre eles pode-se destacar: a entrada das mulheres no mercado de trabalho, aos processos de industrialização e urbanização, as modificações estruturais nas famílias, etc. A princípio, a educação infantil possuía um caráter assistencialista, onde as mães pobres e trabalhadoras precisavam de um local na qual os filhos pudessem ficar enquanto elas trabalhavam. As creches ou asilos tinham a única função de cuidar dessa criança enquanto a mãe trabalhava. De acordo com Didonet (2001):

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho.

Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança. (Didonet, 2001)

Do outro lado, tinha as famílias abastadas, onde os filhos frequentavam a pré-escola, em meio período, onde a ênfase era no processo de preparação e socialização das crianças.

Percebe-se então a dicotomia da educação infantil e uma grande diferença na educação de crianças, movida principalmente pelas diferenças sociais. Por um lado as crianças pobres eram vistas com o viés da falta, da carência e por outro lado, as crianças da classe média e alta eram vistas sob o viés da da preparação para a próxima etapa, da socialização.

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser um direito das crianças e dever do Estado, família e sociedade. A educação se torna visível e alvo de amplas discussões. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, que apenas em três artigos inclui a educação infantil, como primeira etapa da Educação Básica, colocando-a como responsabilidade do poder público, da sociedade e comunidade, prevendo ainda, como as crianças devem ser avaliadas nesta etapa. Esses tímidos artigos causaram uma verdadeira revolução na forma de se olhar para a infância.

Políticas públicas

A partir da Constituição Federal (1988) o acesso à educação passa a ser um direito da criança e não mais da mãe. Inicia-se então, um processo de transformação do assistencialismo para o educativo (Magalhães, 2017). A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a considerar a educação infantil enquanto um direito das crianças e dever do Estado, cabendo a ele ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade para as crianças de 0 a 6 anos.

Um grande marco para a educação infantil foi a criação da LDB/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde a educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica, tendo a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, além de complementar a ação da família e da comunidade.

No que compreende os direitos das crianças, o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma lei Federal, de número 8.069, sancionada em julho de 1990 que “coloca as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado.” (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2024). Além disso, o ECA estabelece que as crianças e os adolescentes possuem como direitos fundamentais o direito à vida, à liberdade, à saúde, à dignidade, à convivência familiar e social. Decerto, o ECA muito

se tem feito para a primeira infância, garantindo a ela prioridades em todas as políticas públicas.

Observa-se que a infância, a criança e a educação infantil começam a ser valorizadas em suas especificidades, à medida que as legislações avançam e compreendem a criança enquanto um sujeito de direitos. Além dos avanços nas políticas públicas, há também significativos avanços nas pesquisas, na área das ciências sociais, especialmente da intitulada Nova Sociologia da Infância. Para Qvortrup (2014) a visibilidade das crianças e das infâncias tem sido o foco dos estudos sociais da infância. Porém, é necessário refletir como as infâncias têm sido abordadas nas pesquisas.

ANDI

A ANDI Comunicação e Direitos é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1993 formalmente. No Brasil, ela foi criada logo após a Constituição Federal de 1988. A agência começou a trabalhar a partir de duas realidades que se inter-relacionam. A de crianças e adolescentes que vivem em situações menos privilegiadas e a da imprensa que não se atenta a essa dura realidade, não tratando-a como foco de investigações jornalísticas (ANDI). A ANDI acredita que é um direito de todas as crianças viver a infância de forma mais saudável possível, em todos os ambientes. Para isso, a Agência tem como foco, em seus canais de comunicação, os seguintes eixos: Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação.

No que compreende a Infância, a ANDI, coordenou diversos projetos como, Primeira Infância é Prioridade, além de criar o lançamento da plataforma Observa- Observatório do Marco Legal da Primeira Infância. Também, referente a temática infância e juventude, assumiu durante quatro anos (2018-2021) a Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Percebe-se então, o papel crucial da ANDI no que tange os direitos das crianças, principalmente da primeira infância. Atuando como mediadora entre as empresas e grupos sociais, ela busca por meio de seus canais de comunicação promover e potencializar a garantia de direitos e de políticas públicas. No ano de 2024, ela passa também a monitorar a garantia de direitos das crianças no Brasil.

Nesse sentido, percebe-se o comprometimento da ANDI com as infâncias e com as crianças, principalmente aquelas que são mais vulneráveis, que vivem à margem da sociedade e que são muita das vezes relegadas a segundo plano, tanto nas políticas públicas, como nas próprias pesquisas da sociologia da infância. A ANDI ao trazer a criança e a infância como foco investigativo, as tira da obscuridade e do silêncio (SARMENTO, 2013) considerando a criança enquanto sujeito cidadão, que possui direitos, na qual devem ser assegurados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do que foi exposto, buscou-se por meio de uma revisão bibliográfica e estudo de caso, levantar ações de um agente de promoção da infância. A pesquisa de natureza qualitativa teve como foco as agências de promoção da Primeira infância. Foram pesquisados sites de várias instituições: Alana, Catraca, Aliança pela infância, Fundação Abrinq, Indica, Unicef, Maria Cecília Souto Vidigal, ANDI e outras. A escolha pela ANDI se deu pelo fato de fazer um amplo trabalho de divulgação científica, voltada para a *comunicação* com/sobre crianças e, de todos os sites pesquisados, ser um dos menos conhecidos, embora faça um trabalho de extrema importância. Outro fator de sua escolha foi o fato de fazer parte da RNPI - Rede Nacional da Primeira Infância.

Após a definição da agência, definiu-se por palavras chave, quais as temáticas mais relevantes a ANDI trata em seus documentos. A pesquisa na base de dados da ANDI, acerca das principais temáticas relacionadas a políticas públicas para a infância, em especial para a pequena infância, foi a técnica utilizada para levantamento dos dados. No campo de publicações do site, o filtro selecionado para delimitar o assunto foi a área Infância e Adolescência, no idioma português. As produções analisadas são referentes ao ano de 2020 a 2023.

Foram levantados dados primários, aqueles disponíveis no site e secundários, aqueles presentes nas publicações que citam a ANDI em suas pesquisas. Dentre as bases de dados, elegeu-se o buscador Google, por ser o mais popularmente utilizado e o site da CAPES, por ser o que abriga a maior parte das pesquisas científicas. Dentre os dois, selecionou-se a CAPES por se tratar de agência que abriga artigos e teses, sendo o mais buscado por programas de pós- graduação.

RESULTADOS E ANÁLISES

Durante o levantamento de dados primários, obtivemos o seguinte resultado no site da ANDI, descrito na tabela abaixo:

Tabela 1. Dados encontrados no site da ANDI. 2024.

Temas referentes a políticas públicas para a infância	Ano de publicação
Justiça e Primeira Infância: Guia de referência para a cobertura jornalística	2023
Observa Analisa: Pandemia e Primeira Infância	2022

Relatório de Gestão ANDI Secretaria Executiva da RNPI	2022
Observa Analisa: A aplicação do Direito a prisão domiciliar de mulheres gestantes ou mães cumprindo prisão preventiva	2022
Jornalismo e Cidadania- ensaios de estudantes sobre a rede de proteção a primeira infância	2021
Trabalho Infantil: Guia para a cobertura jornalística	2021
Observa Analisa: Limites e possibilidades na Implementação do Programa Empresa Cidadã	2021
Observa Analisa - As desigualdades na Primeira Infância	2021
Primeira Infância na Mídia	2021
Mídia e Educação - Uma análise da cobertura jornalística entre 2016- 2017	2021
Guia para a Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância	2020
Plano Nacional Pela Primeira Infância	2020

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante o quadro, percebe-se que todas as temáticas envolvem a proteção aos direitos das crianças, que é o foco da ANDI. Outro fator a ser ressaltado é que as pesquisas e matérias são sobre as crianças e não com as crianças. Por se tratar de direitos das crianças, que as afeta direta ou indiretamente, ouvi-las é uma estratégia interessante, pois a partir dos contextos e realidades de cada uma, pode-se ter outros caminhos para garantir seus direitos.

Quanto aos dados secundários, observou-se utilização da agência, não só como fonte de dados, mas também como parceira, inclusive por órgãos do governo, na promoção de divulgação científica, bem como na orientação de publicações. Os descritores utilizados foram: “ANDI”; e os critérios de busca foram: “publicação nacional”, “revisado por pares”, e a área “ciências humanas”. Na tabela 2, a seguir, mostramos os resultados mais relevantes.

Citações sobre a ANDI	Artigos	Ano
	Apontamentos sobre a relevância da mídia para o contexto amplo da infância, adolescência e juventude	2006
	Mídia e classificação indicativa: os	2007

CAPES	direitos não podem ser fictícios	
	Exclusão social da juventude em ‘O Globo’: notas para uma análise comparativa	2010
	A Institucionalização da Pauta da Infância e Adolescência no Brasil: 20 anos de ECA e a contribuição da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)	2011
	Direitos da criança: jornalistas, ongs e o gerenciamento da cidadania	2011
	Erotização precoce: uma análise das representações da infância nas páginas do suplemento infantil folhinha	2012
	Análise cívica do jornalismo: categorias para avaliação de produtos jornalísticos // civic analysis of journalism: categories for the assessment of journalistic products	2014
	‘Crime, Castigo e Recuperação’: como adolescentes são representados em uma série de reportagens de uma TV brasileira	2015
Total		8

Tabela 2. Citações de trabalhos referentes à ANDI na base de dados da CAPES. 2024.

O número de citações que fazem referência à ANDI foi considerado muito baixo, dada a sua importância para esclarecimento sobre os direitos das crianças, especialmente no que se refere à comunicação midiática com/para elas. Os assuntos discutidos na maioria envolveu as formas de comunicação com a criança, em diferentes mídias, estando o jornal e a TV como os mais analisados. Foi observado também um artigo que levou em conta a forma como a criança e o adolescente são representados pela mídia.

CONCLUSÃO

Os dados desta pesquisa mostram que há uma preocupação iminente com a infância e as crianças, emergindo, de forma ainda tímida, no que se refere à comunicação com este

grupo. Observou-se que ainda prevalecem estudos sobre a infância e com foco na forma como a mídia trata, em suas representações, desta categoria. Percebe-se avanços quanto à concepção da criança como SUJEITO de direitos e agente da cultura, mas ainda há uma forte tendência de tê-la como vulnerável e passível de proteção adulta e de agências sociais.

Ressaltamos que este trabalho foi um recorte de uma temática muito mais ampla: os direitos das crianças e que ainda prevalece, em nosso sistema jurídico, a ideia de que a proteção das crianças é, ao mesmo tempo, direito e dever da sociedade civil. No entanto, faz-se necessário ouvir as crianças, uma nova tendência nas pesquisas, etapa que este trabalho visa posteriormente. Quanto à agência estudada, percebe-se a importância de seu trabalho, mas o alcance do mesmo, ainda que via meios digitais, precisa ser ampliado, para que mais pessoas tenham acesso ao seu conteúdo e que possam reproduzir e se tornar agentes também de proteção da infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDI (org.). **Andi, Comunicação e Direitos**. 2024. Disponível em: <https://andi.org.br/sobre/?soa=4> Acesso em: 10 ago. 2024.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2015. 196 p.

ARROYO, Miguel Gonzales. Indagações que vem da infância. In: DOS REIS, Magali; GOMES, Lisandra, Ogg (organizadoras). **Infância: sociologia e sociedade**.p.7-19. São Paulo: Levana, 2015.

BARBOSA, Adriza Santos Silva; SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. Infância ou infâncias? **Revista Linhas**, [S.L.], v. 18, n. 38, p. 245-263, 23 out. 2017. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723818382017245>. Acesso em 06. ago. 2024.

BARRETO, Maria, de Lourdes; DE CASTRO, Claudia, Gomes. Silêncios e sussurros: a infância e a adolescência em 40 anos de OIKOS. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa,v. 32, n.3,p. 1-22, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes . Acesso em: 8.ago, 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatuto da Criança e do Adolescente.ECA**, Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente> Acesso em: 8.ago, 2024.

CRUZ, Gislaíne Azevedo; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 5, n. 13, p. 19–33, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/5176>. Acesso em: 6 ago. 2024.

DAHER, Andréa. A Conversão do gentio ou a educação como constância. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Mátria Lúcia Spedo. **Brasil 500 anos:tópicos em história da educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai...Em Aberto, Brasília, v.1, n.73, p.1-161,jul., 2001.

MAGALHÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. Revista Linhas, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81–142, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081>
Acesso em: 7 ago. 2024.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, p. 631-643, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQVvk9wZS3Pf/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 6 ago. 2014.

QVORTRUP, Jens. Visibilidade das crianças e da infância. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 23-42, 2014.

SARMENTO, Manuel; DE GOUVEA, Maria, Cristina, Soares. **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SARMENTO, Manuel. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo. **Sociologia da infância e a formação de professores**. Paraná: Pucpr, 2013. p. 14-46.

SAVELI, E. L.; SAMWAYS, A. M. A educação da infância no Brasil. *Imagens da Educação*, v. 2, n. 1, p. 51-59, 2012.